

**Inquérito Civil n. 06.2019.00005010-9**

## **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça titular da Promotoria de Justiça de Modelo, **Edisson de Melo Menezes**, doravante denominado COMPROMITENTE; e o **MUNICÍPIO DE SUL BRASIL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n. 95.990.107/0001-30, com sede na Avenida Doutor José Leal Filho, 589, Centro, CEP 89.855-000, cidade de Sul Brasil, representado pelo **Prefeito Municipal, Senhor Éder Ivan Marmitt**, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00005010-9, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

**Considerando** que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos da coletividade e proteção do patrimônio público e social (arts. 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal);

**Considerando** que *“a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”* (art. 37, “caput”, da CF/88);

**Considerando** que o inciso IX, do art. 90, da Lei n. 738/2019 dispõe que: *“São funções institucionais do Ministério Público, nos termos da legislação aplicável: [...] IX – responsabilizar os gestores de dinheiro público por contas irregulares ou ilegalidade de despesa e prática de atos de improbidade administrativa”*;

**Considerando** que o art. 10, inciso X, da Lei n. 8.429/92 dispõe que:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:  
[...]

X - **agir negligentemente** na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público; [...].

**Considerando** os critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade estabelecidos pela NBR 9050:2015;

**Considerando** que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça que a atual gestão do Município de Sul Brasil paralisou, desde o ano de 2014, obra pública localizada na Av. Doutor José Leal Filho, 1065, Centro, com dimensão total de 748,89m<sup>2</sup>, que acomodaria o auditório/biblioteca/"centro de eventos" do referido município (Centro Cultural de Sul Brasil);

**Considerando** a necessidade de se concluir a referida obra, parada desde maio de 2014, efetivando-se sua destinação pública e entrega à sociedade;

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

### **1 DO OBJETO:**

**Cláusula 1ª:** Conclusão da obra já iniciada e paralisada desde maio de 2014, localizada na Av. Doutor José Leal Filho, 1065, Centro, no Município de Sul Brasil/SC ("Centro Cultural de Sul Brasil");

### **2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:**

#### **2.1 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER:**

**Cláusula 2ª:** O compromissário compromete-se em realizar todos os procedimentos administrativos necessários, a fim de executar e concluir a obra objeto do presente TAC ("Centro Cultural de Sul Brasil"), e entregá-la totalmente finalizada até o dia 30 de novembro de 2020.

**Cláusula 3ª:** O prédio público objeto do presente TAC deverá observar os critérios e parâmetros técnicos legais, notadamente os de

acessibilidade estabelecidos pela NBR 9050/2015, inclusive no que tange às calçadas em frente à obra.

### **3 DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

**Cláusula 4ª:** O Ministério Público Estadual compromete-se a não adotar qualquer medida judicial de natureza cível contra os órgãos e as entidades, pessoas físicas ou jurídicas, que assinarem ou aderirem a este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no tocante aos itens acordados, caso os compromissos pactuados sejam cumpridos dentro dos prazos e das condições previstas.

**Parágrafo primeiro:** Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares;

### **4 DO DESCUMPRIMENTO:**

**Cláusula 5ª:** Pelo descumprimento do ora pactuado responderão solidária e pessoalmente o(s) agente(s) público(s) responsável(is) direto(s) que ora subscrevem pelo inadimplemento das obrigações ora pactuadas, equivalente a 10 (dez) vezes o valor de sua remuneração mensal.

**Parágrafo Primeiro:** O descumprimento das obrigações acima assumidas no prazo estabelecido sujeitará, pessoalmente, o Prefeito Municipal ao pagamento de uma multa de 10 (dez) vezes o valor de sua remuneração mensal, valendo a presente convenção como título executivo extrajudicial, nos termos do disposto no art. 5º, §6º da Lei nº 7.347/85, combinado com o art. 784, IV do CPC.

**Parágrafo Segundo:** Quaisquer das multas estipuladas nesta cláusula serão revertidas ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados, cujo valor deverá ser pago em espécie mediante Guia de Depósito.

**Cláusula 6ª:** O descumprimento de quaisquer das cláusulas anteriores, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito, formal e devidamente justificados ao Ministério Público Estadual, sujeitará os inadimplentes, na medida de sua responsabilidade, ao pagamento de multa diária correspondente a R\$ 500,00

(quinhentos reais), a ser revertida para o Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados (FRBL), sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas dos órgãos ambientais competentes.

**Cláusula 7ª:** Além do pagamento da multa, o descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará o protesto e a execução do presente termo de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, independentemente do aforamento de ação civil pública ou outras providências, a critério do Ministério Público;

**Cláusula 8ª:** A inexecução do presente compromisso por quaisquer das entidades ou pessoas signatárias, e a inobservância a quaisquer dos prazos e obrigações fixados, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito formal e devidamente justificados pelos signatários ao Ministério Público Estadual, facultará a este, decorridos os prazos previstos, a iniciar a imediata execução do presente título.

## **5 DA POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO:**

**Cláusula 9ª:** As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

## **6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Cláusula 10ª:** As partes elegem o foro da Comarca de Modelo/SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

**Cláusula 11ª:** O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, assim como a data para contagem dos prazos nele estabelecidos.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

**Cláusula 12ª:** Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário, e a promoção submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o

§3º do artigo 9º da Lei n. 7.347/85 e os artigos 48, inciso II, e 49, ambos do Ato n. 395/2018/PGJ.

Modelo, 21 de outubro de 2019.

[assinado digitalmente]

EDISSON DE MELO MENEZES

Promotor de Justiça

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Compromissário

Testemunhas:

ELISANDRA ALBANI

Assessora Jurídica

OAB/SC 53024